

Uma breve história dos Baldios e sua floresta



Uma breve história dos Baldios e sua floresta



Autor

Manuel Rodrigues

Ilustrações

Eduardo Gomes

Design e Produção Gráfica

Pedro Gomes

Bosque, Lda.

Fotocomposição, Fotolitos e Impressão

MINERVA TRASMONTANA, Lda.

Editor

BALADI – Federação Nacional dos Baldios

Co-financiado por

MADRP – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

IFAP – Fundo Florestal Permanente

DGRF – Direcção Geral dos Recursos Florestais

Tiragem

15.000 exemplares

1ª Edição

Março de 2008

Depósito Legal:

ISBN:

Capítulo 1

Numa aula de história (1ª Aula)

Turma do 10º ano de uma Escola Secundaria do concelho de Cinfães

Aula de História

O professor António Martins propõe um trabalho de investigação histórica.

Sugere temas.

Recomenda em particular um tema: a história de uma aldeia

O Pedro e a Margarida decidem investigar a história de Alhões, em pleno coração montanhoso da serra de Montemuro.

Professor – Proponho que durante este período lectivo, individualmente ou em grupo, cada um de vocês investigue uma componente da história de uma das aldeias deste concelho. Pode ser uma tradição, uma crença, um costume, uma prática sócio-cultural ou económica. Importa ir para o terreno e pesquisar tudo o que for possível: entrevistar pessoas, caracterizar os hábitos e tradições, observar os comportamentos colectivos. Depois, já noutro plano, importa consultar documentos, promover a discussão dos assuntos na aula. Estamos de acordo?



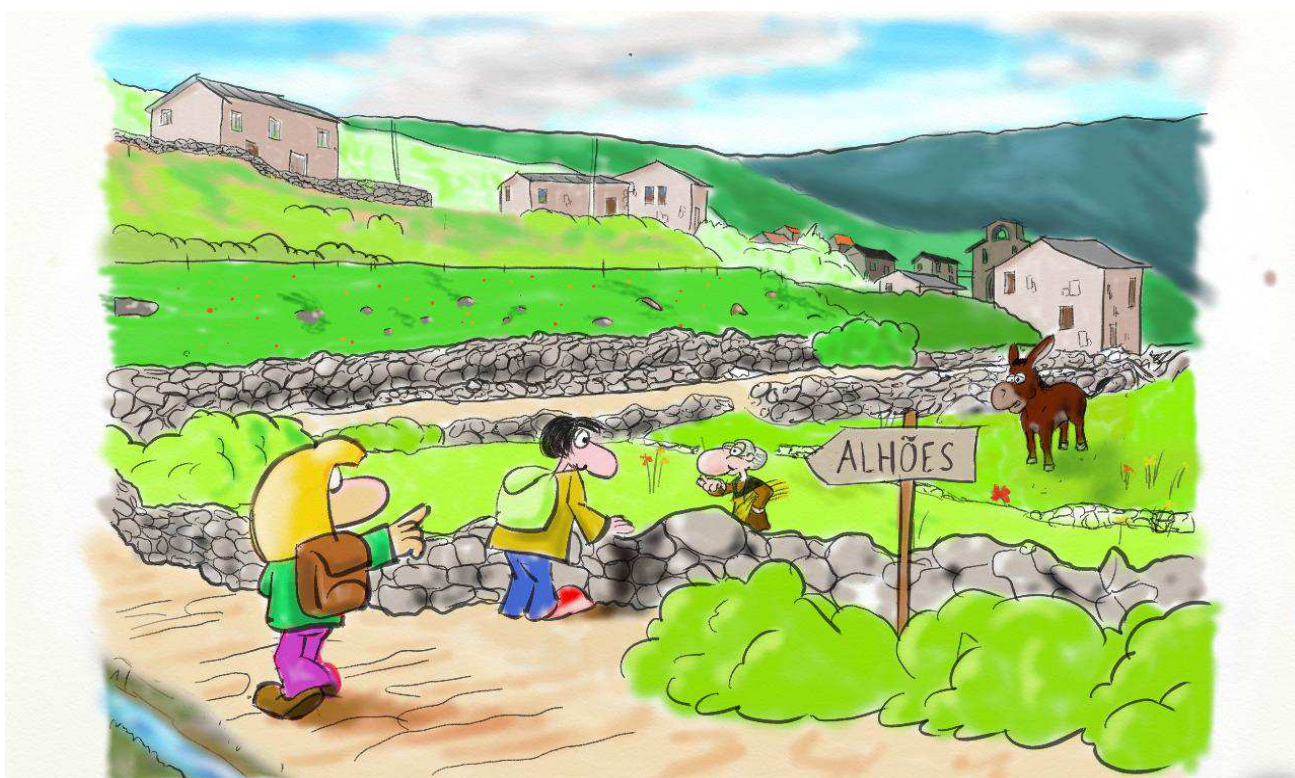
Alunos (quase em coro) – É pra já, setôr!...

Pedro e Margarida (dois alunos do 10º ano) decidem investigar a história da aldeia de Alhões. Combinam com o professor, fazem os preparativos, discutem os métodos de pesquisa, preparam uma máquina de filmar, gravador e máquina fotográfica. E, mochila às costas, lá partem para a aldeia de destino, armados em verdadeiros investigadores.

Capítulo 2

A aldeia de Alhões

A aldeia de Alhões, fica situada lá mesmo no cimo da serra de Montemuro: um tosco amontoado de casario quase todo em granito. A cobertura em lousa ou colmo faz lembrar uma aldeia primitiva, espraiaando-se pelas penedias da serra, no meio de uma paisagem verdejante. Um pequeno regato pra'li traz a preciosa seiva que dá vida às pastagens e permite o cultivo do centeio e do milho ou das leguminosas e hortaliças, que ali tornam possível um regime de vida de quase subsistência. Os rebanhos, ou melhor, o rebanho comunitário, mais de um milhar de cabras e ovelhas ali anda, horas e horas a fio, espalhado pelo monte e guardado pelo olhar atento de três vigias. Estamos a chegar ao fim de uma pesada invernia.



As capuchas de burel protegem o serrano das últimas investidas do rigoroso Inverno. As nuvens começam a rasgar-se, abrindo, aos poucos, passagem à Primavera. Os pastos naturais, verdejantes e viçosos, estão agora no seu máximo esplendor. Por entre regatos de água que serpenteiam a paisagem, emerge, de novo, uma vegetação luxuriante e agreste que desperta a, ao mesmo tempo, a contemplação dos visitantes e o apetite dos animais que todos os dias pra'li correm como bestas,

Pedro e Margarida chegam à aldeia, em pleno dia, já o sol vai alto. Procuram pelas ruas a presença das pessoas, dominados por uma visível ansiedade. Não se ouve vivalma. Só os sons do cacarejar das galinhas e o roncar intermitente dos bácoros no curral. Já esmorecia o entusiasmo inicial, quando, depois de muito procurar, avistam, finalmente, uma velhinha.

Pedro – Olá, minha senhora, passe bem!...

Velhinha – Olá meninos, Deus seja convosco!

Margarida – Faz frio por aqui...

Velhinha – É tempo dele, menina. Já estamos acostumados ...

Margarida – Mas, vive por aqui tão pouca gente. Estávamos a ver que não íamos encontrar ninguém...

Velhinha – Antigamente isto era só gente a nascer por aí. Só eu criei 9 filhos. Mas foi tudo embora. Uns na França outros em Lisboa outros... olhe foram tratar da vidinha por esse mundo fora... agora é quase só velhos. Já não chega a uma centena a gente que aí vive...

Pedro – Mas, continuam a trabalhar na agricultura os que cá vivem?...

Velhinha – Sim, andam por aí a cabo nas terras, ou então com o gado nos montes, no baldio...

Margarida – No baldio?...

Velhinha – por aí, nos nossos baldios, sim senhor. . Mas, venham, venham aquecer os pés no meu borralho. Tenho o lume aceso e ponho lá mais lenha. Não há outra forma de arretar esta friagem.. Venham, meninos, venham aquecer-se ao lume, antes que fiquem entiritados...

E lá seguiram, rua fora, em demanda da casa da velhinha que tão simpaticamente os recebia naquela estranha aldeia dos silêncios.

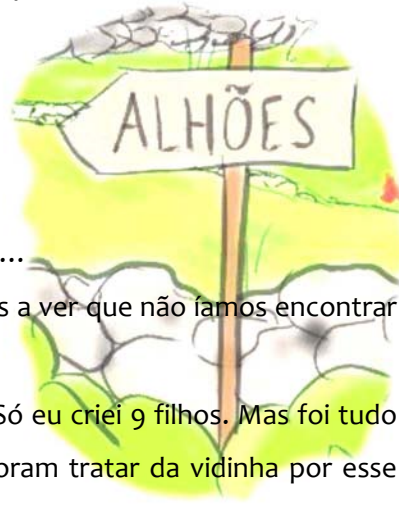
Na rua, mais propriamente um caminho de cabras enlameado, era visíveis os indícios da presença de muitas centenas de cabeças de gado. A lama misturava-se com uma densa camada de excrementos animais a indiciar sobretudo uma forte presença de gado caprino e ovino.

Velhinha – Vejam lá, meninos, não se sujem.

Pedro – Há muito gado por aqui?

Velhinha – É uma consumição pegada cuidar de tantas reses. Mas para o monte vão todas juntas.

Margarida – E quem toma conta delas?...



Velhinha – É à vez, menina, e chega a vez a todos. Hoje, foi o meu Manel, o Carlos da Tulha e o Zé do Cortinhal. Amanhã já são outros, depois outros e assim por diante até dar a volta a todas as casas...

Pedro – E será que poderíamos falar com um desses pastores... Gostávamos de conhecer melhor esta tradição...

Velhinha – E para quê, menino, esta vida já ninguém na quer...

Pedro – É importante que as outras pessoas que vivem nas cidades conheçam a vida das nossas aldeias...

Velhinha – Ai de certo, Rosa! esses são uns fidalgos... habituaram-se a outras comodidades... já não querem saber de nós...

Tinham chegado à soleira da porta de tia Maria Portela, assim se chamava esta misteriosa velhinha...

Velhinha – Entrem, entrem, não façam caso destes trapos... aqueçam-se ao lume...

A conversa prolongou-se ainda por muito tempo. Embalados pela curiosa sensação de estarem a descobrir um mistério, Pedro e Margarida nem se aperceberam que a tarde chegava ao fim. De repente, o som estridente de uma miríade de pequenas



campainhas e guizos provocou-lhes uma reacção de sobressalto.

Velhinha – Não tenham medo, meninos, elas não fazem mal. São os nossos animais que voltam do monte... o meu homem há-de estar aí a chegar, não demora nada...

Não demorou, de facto, muito tempo a cumprir-se o certo vaticínio de Maria Portela. Manuel Cantador aí estava com o seu cajado acompanhado de dois cães, o Farrusco e o Faísca.



Entrado em casa, mal houve tempo para um seco cumprimento. Maria Portela apresentou os dois jovens e tentou explicar ao que vinham:

Velhinha - Parece que andam por aí a querer saber da nossas vidas, a esgaravatar nas nossas lendas... pró que lhes havia de dar... as nossas vidas já ninguém quer saber delas...

Manuel - Aquele gado hoje parecia endiabrado, mulher... venho moído... - Respondeu Manuel Cantador fingindo absoluto desinteresse por tão estranhas visitas.

Ainda tiveram tempo para combinar uma conversa com o Manuel Cantador sobre o rebanho comunitário. Ficou acordado. No domingo, logo depois da missa, Manuel Cantador estaria inteiramente disponível. Até lá, trabalho é que não faltaria que a chegada da Primavera anunciava também a chegada de uma tormenta de trabalhos.

Capítulo 3

O vigia Manuel Cantador

À hora combinada, Pedro e Margarida dirigiram-se ao adro da capela para onde havia sido marcado o encontro. Ali mesmo, junto à capelinha branca onde todos os domingos o padre Messias vinha rezar a missa. Chamados pelo sino que alguém fazia repicar a anunciar a sacra cerimónia.

No adro da capela, terminada a santa função, Manuel Cantador depressa reconheceu a presença dos dois jovens e lembrou-se do combinado.

Depois dos habituais cumprimentos, retiraram-se para o largo onde todos os dias se juntava o gado. Era o local apropriado para falarem daquela tradição, que parecia despertar grande interesse naqueles jovens.

Margarida – Então, o senhor é daqui mesmo de Alhões?

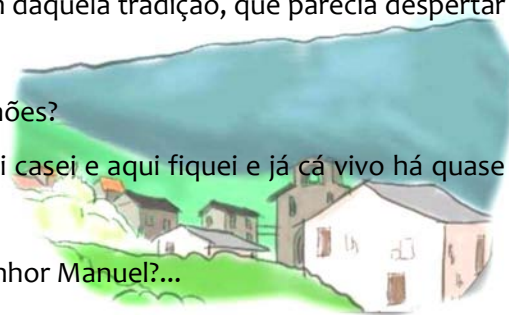
Manuel – Não, senhora, sou de Varzielas, mas aqui casei e aqui fiquei e já cá vivo há quase cinquenta anos.

Pedro – Como funciona o rebanho comunitário, senhor Manuel?...

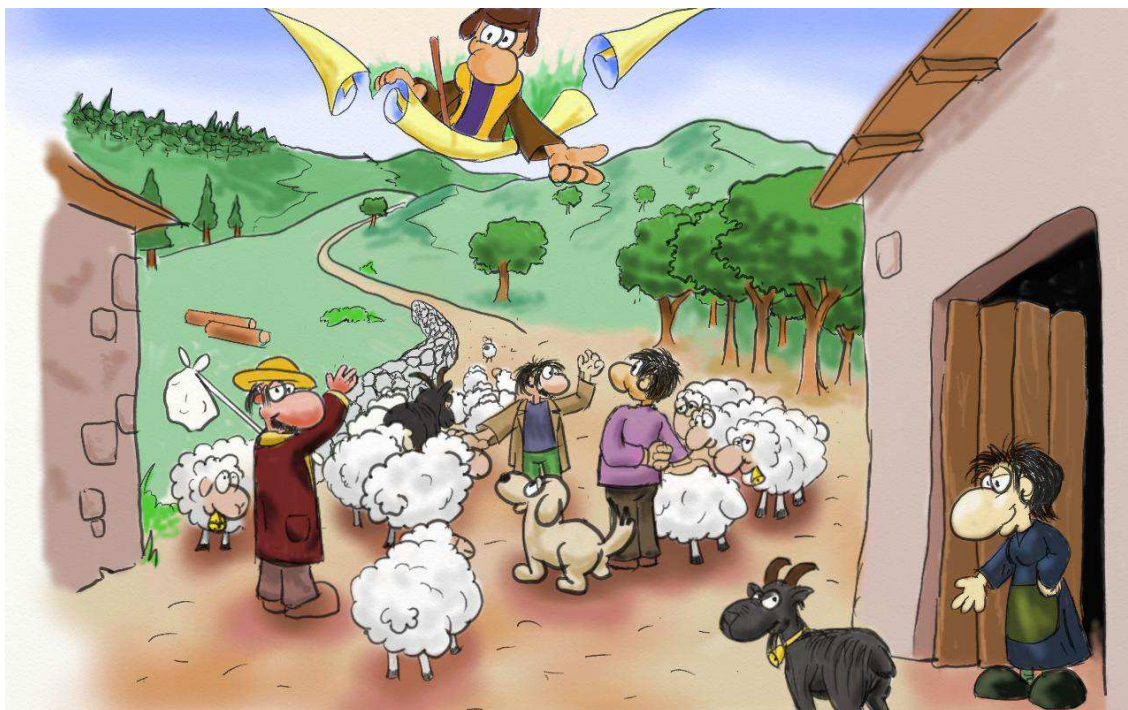
Manuel – O rebanho comunitário funciona desta maneira assim: Isto tem o tal que conta as reses. Cada pessoa que tem dez, cinco, duas (ou até uma serve) vai lá ao tal homem e diz “olhe, eu tenho tantas...” e ele menciona-as; vem outro e diz: “e eu, tantas...” e ele menciona-as até que vai lá toda a gente.

Pedro – Existe algum sinal combinado entre as pessoas para juntarem os animais, antes da ida para a pastagem?

Manuel – Antigamente, os próprios que iam com o rebanho davam uns assobios. Iam ao sítio onde o povo melhor os ouvisse e assobiavam. E, aí, tudo botava o seu gado fora. Mas, agora, já não é assim. Agora, vêm aqui e pegam naquele arame e tocam no sino da capela. Se é para ir para cima para o monte que nós chamamos o *Cambo*, são três picadelas no sino. Se é para ir para o outro monte, que é o *Montinho*, são duas picadelas. Ora, as próprias pessoas donas do gado estão à espera e soltam logo os animais. Os pastores, que nós aqui chamamos *vigias* são hoje uns e amanhã outros, não são “afectivos”. Havia aqui há uns anos atrasados, e até ainda não são muitos anos, havia uns ajuntadores de gado. Quer dizer, o dono do gado pagava meia quarta de centeio por cada rez e eles por meia quarta de centeio tomavam conta delas por quatro meses, Maio, Junho, Julho e Agosto e em Setembro entregavam-nas outra vez ao dono. Mas, isso acabou, porque agora tudo quer ganhar muito e as rezes agora dão pouco dinheiro e vão para o monte desde que entra e



até que acaba o ano e, então, agora, é assim: os que têm mais, vão mais vezes. Por cada rez



que um tenha, tem que ir dois dias ao monte por ano. São três vigias por dia.

Margarida – E como escolhem os montes para onde ir?

Manuel – os montes são nossos, são os nossos baldios.

Pedro – Mas, o que são os baldios?

Manuel – São os nossos montes

Pedro – vossos, como?...

Manuel – São os montes que os nossos antepassados nos deixaram. São de todos e não são de ninguém. É para lá que levamos o nosso gado e é lá que vamos buscar as lenhas e os estrumes.

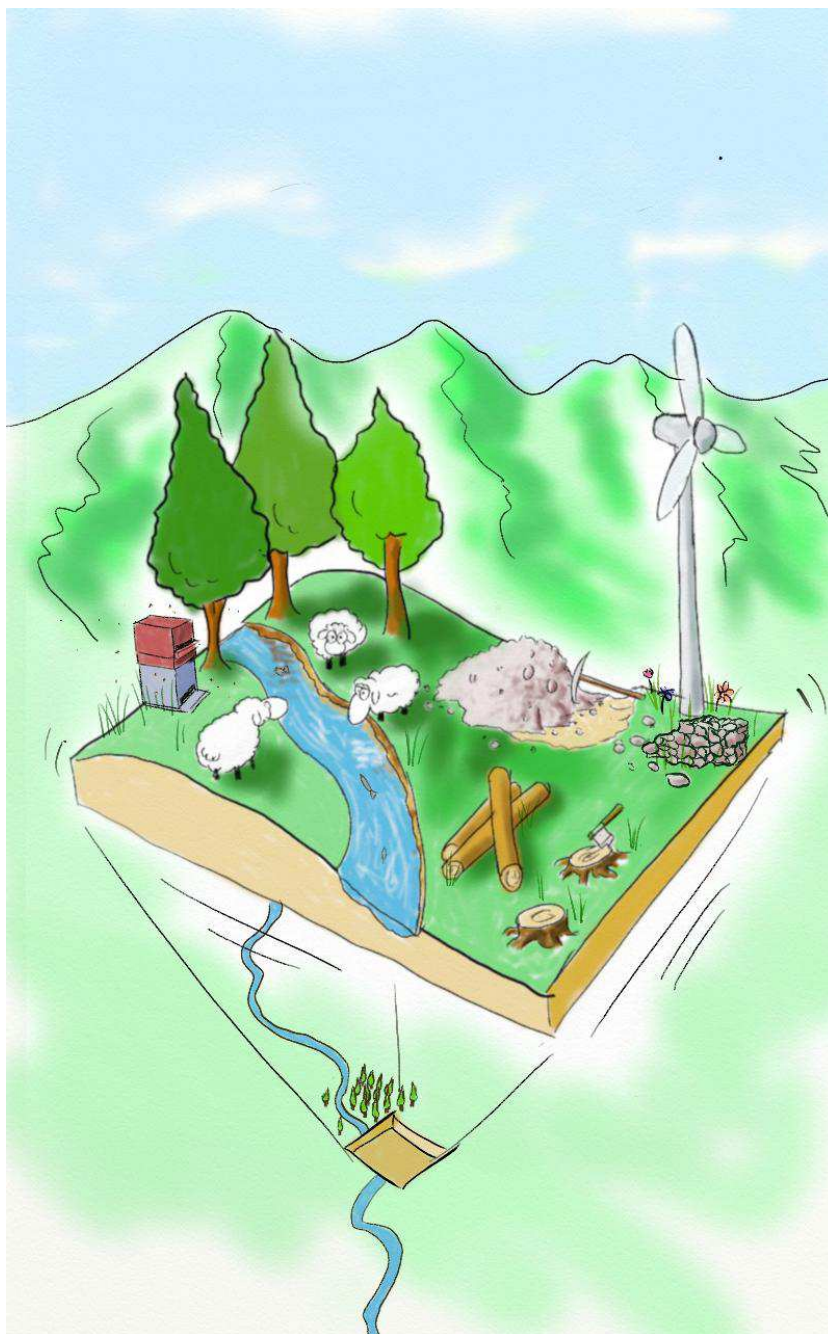
Margarida – Mas quem manda nesses baldios?...

Manuel – Durante muitos anos foi a senhora Junta, mas agora há umas leis novas, que recuperam os usos e costumes antigos e botámo-nos a formar uma Assembleia de Compartes. Quem manda somos nós todos, mas temos um órgão executivo, o Conselho Directivo, que zela pelo baldio...

Pedro – Então, mas pelos vistos os baldios são muito importantes para o vosso rebanho... Se calhar, sem o baldio, o rebanho não se aguentava e a vossa maior riqueza ia à vida...

Manuel – Mas, também, quem se atreveria, menina, a tirar-nos o baldio?... Isso era o cabo dos trabalhos... ai dava uma guerra... O baldio é nosso e muito nosso. Para lá vai o nosso rebanho, mas também é de lá que saem muitas das nossas águas, a pedra, o estrume para a cama do gado, a lenha para o lume. E as árvores que de vez em quando vendemos. Está a

ver aquele pinhal? Também está no nosso baldio. É uma grande riqueza, nem é bom falar nisso...



Margarida – O baldio é de todos, mas o rebanho não...

Manuel – Mas é criado por todos. Sem os baldios, o que íamos nós fazer aos animais? Vendê-los?... e, depois, metíamo-nos a ladrões de caminhos? Ou íamos por esse mundo fora, danados como cães famintos?... Se já não somos muitos, isto virava deserto num abrir e fechar de olhos... Nem é bom falar nisso... Nunca mais haveria sossego nestas serras... Era outra vez uma guerra.

Pedro – Outra vez?...

Manuel – Sim, menino, já correu sangue dos nossos antigos para defender estes montes. Sempre houve gananciosos a quererem apanhar-nos isto... para além de terem semeado pinheiros nos nossos montes e nos terem obrigado a abandonar as nossas mulheres, filhas e filhos, para emigrarmos.

A conversa chegara ao fim. Uma nova curiosidade tomava agora conta dos nossos jovens investigadores. Tinha havido lutas, ocupações pela força, confrontos. Alguém tentara apoderar-se dos baldios. Mas, quem?... e quando? E como era possível retirar os montes aos serranos?... E que seria dos gados?... Agradeceram o tempo roubado ao domingo de Manuel Cantador e bateram em retirada com o propósito de levar o assunto à aula de história para perceberem melhor a história dos baldios.



Capítulo 4

A origem dos baldios (2ª Aula)

O professor Manuel Martins tinha programado uma série de aulas para a discussão dos trabalhos. Queria discutir e questionar os primeiros resultados da investigação. O objectivo era fazer da História uma disciplina viva e com interesse, que despertasse nos alunos motivação.

Começou, exactamente, pelo trabalho do Pedro e da Margarida

Pediulhes que apresentassem os resultados das suas investigações e expusessem as dúvidas e interrogações que a observação da aldeia de Alhões lhes tinha causado. Todos os alunos estavam curiosos. Era a primeira vez que um professor os colocava perante tamanho desafio. Todos sabiam que os olhares de Pedro e Margarida se tinham dirigido para aquela tradição: o rebanho comunitário de Alhões. O silêncio na sala era total.

Perante a insistência do professor, Pedro e Margarida descreveram o que viram e o que ouviram, com a máxima precisão.

Mas, não esconderam o surpreendente efeito que sobre eles tivera o modo como Manuel Cantador se referira aos baldios... Afinal, houvera lutas... Alguém lhes quisera retirar os baldios, mesmo sabendo que sem eles o rebanho comunitário não teria mais sentido. Quem poderia ter sido? E como os teriam defendido?

Exposto o assunto, questionaram o professor e ficaram ansiosamente à espera de resposta para tão súbita e angustiante preocupação.

Os outros alunos foram contagiados pela densidade do mistério.

Miguel (meio curioso, meio provocador) - Mas, ó setôr, o que são baldios?

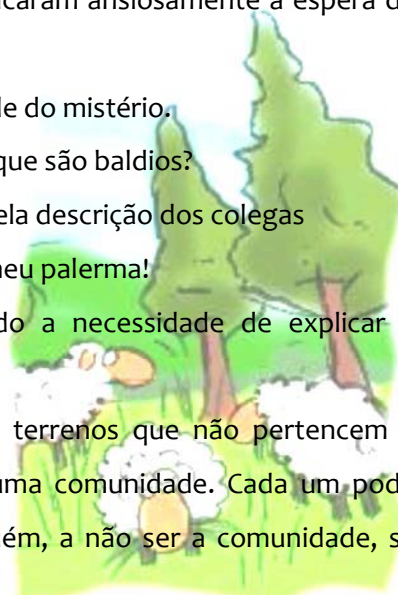
Mas logo Rita tenta aliviar a densa tensão criada pela descrição dos colegas

Rita - Então não estás a ver que são uma “ganda” balda, meu palerma!

O professor Martins acudiu, pronto, percebendo a necessidade de explicar a natureza e origem dos baldios:

Professor - Baldios são terrenos comunitários, ou seja, terrenos que não pertencem a ninguém, em particular, mas a todos os membros de uma comunidade. Cada um pode retirar deles os bens que eles proporcionam, mas ninguém, a não ser a comunidade, se pode dizer dona deles.

Chico - Como assim, setôr, não estou a entender. .





Professor - Eu explico Baldios são bens de toda a comunidade, tal como os fornos comunitários, as eiras comunitárias, os moinhos comunitários, o boi comunitário, também chamado boi do povo e certamente têm a mesma origem histórica, que remonta a muitos séculos. Nestas comunidades rurais, os baldios representaram sempre e ainda representam hoje uma espécie de complemento umbilical para uma agricultura familiar, geralmente de montanha, e, em geral, de subsistência. As pessoas têm umas terras, uns lameiros, donde retiram o centeio, o milho, a fruta, as leguminosas, o vinho e o azeite de que precisam para a alimentação diária ou que vendem, sempre que há excedentes, mas o rebanho requer campo aberto, muita extensão de pastos naturais por onde deambular livremente, isto é, sem terem sempre à perna o dono do terreno particular onde não poderiam ter entrado sem licença. Ora, esta grande extensão de terreno só era possível num território comunitário que fosse de todos os membros da comunidade, em igualdade de direitos. Ali, tradicionalmente, qualquer agricultor, sem necessidade de pedir licença pode ir e encher o carro de lenha, de estrume, de pedra. Para ali, qualquer um pode conduzir os seus animais.

André - Então, sem o baldio, aquele rebanho estava condenado...

Professor - Sem o baldio, não só não seria possível aquele rebanho como não seria possível aquela aldeia. São faces da mesma moeda.

André (intrigado) - Como assim?....

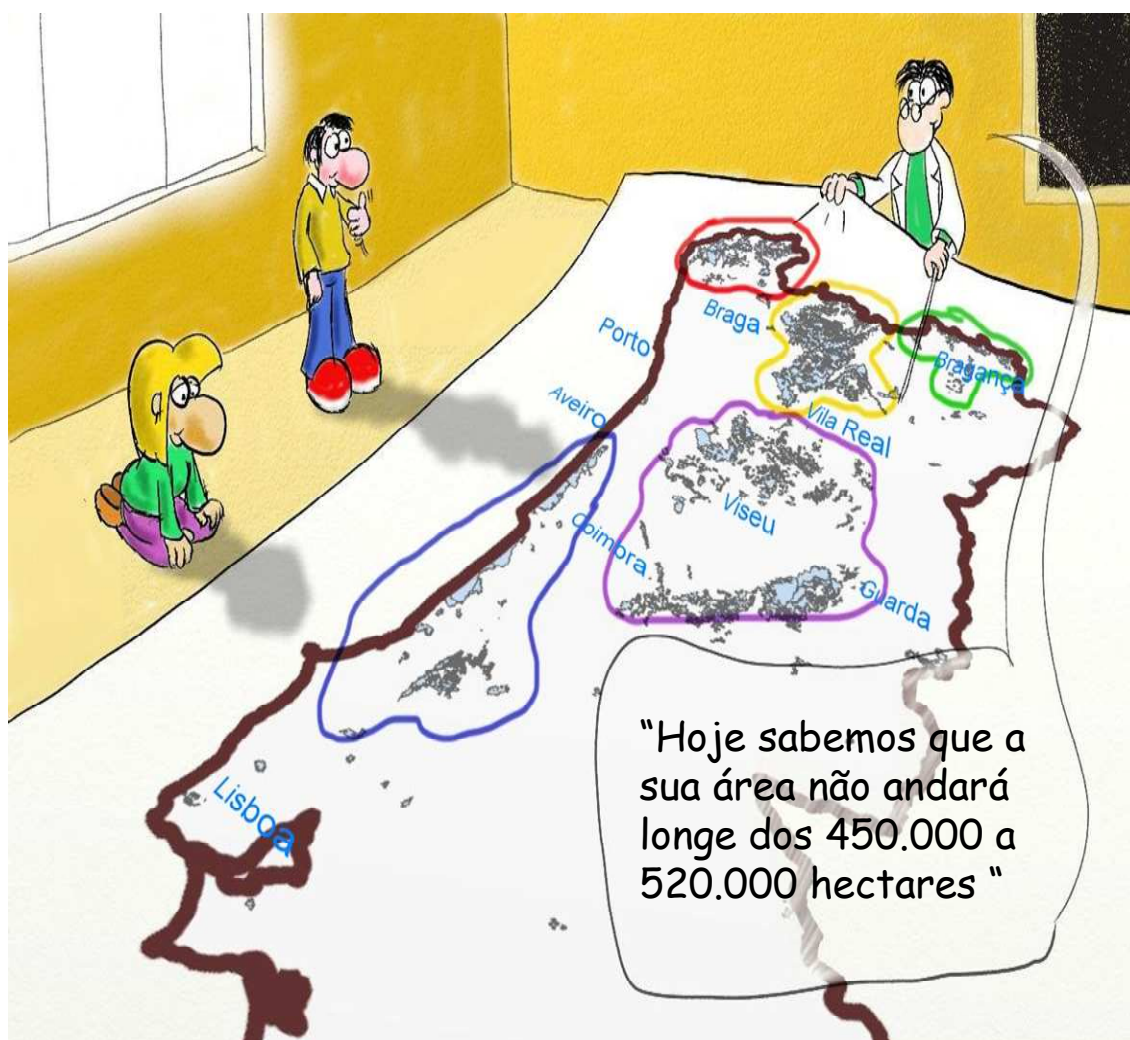
Professor - É que o baldio é, para aquela gente, um importante complemento económico, mas é também um espaço de liberdade, um traço fundamental do seu viver comunitário, um elemento imprescindível da sua história. Está-lhes, de certo modo, na massa do sangue.

Anabela (fingindo brincar com a situação)- Gostava de ter um baldio...

Chico - Um baldio, para quê, para passeares melhor a tua *preguicite* aguda?

Professor - Um baldio, retomou o professor Martins, é insusceptível de apropriação privada. Se fosse apropriado por uma pessoa individualmente, perderia a sua natureza de baldio, convertia-se em propriedade privada. Para adquirir direitos sobre o baldio basta que uma pessoa passe a integrar a comunidade a quem ele pertence. Mas, também se perdem estes direitos quando se abandona a comunidade. Por isso, se diz que este é um direito subjectivo.

Joana - E há muitos baldios em Portugal, setôr?...



Professor - Não há nenhum levantamento cem por cento rigoroso sobre a área de baldio em Portugal. O agricultor serrano nunca foi muito receptivo às várias tentativas oficiais de elaborar levantamentos de baldios. Mas não será exagero dizer que eles ocupam entre seis e sete por cento do território nacional.

Pedro - E porquê, se isso até podia ser importante para o conhecimento desta realidade?

Professor - Porque o agricultor, o comparte do baldio...

André - O compadre?...

Professor - Repito: o comparte (o que partilha com os outros uma parte indeterminável de baldio) temia que, uma vez identificados os baldios, viessem as leis ou os senhores tentar retirar-lhos, à força. E, por isso, escondiam-nos, isto é, não diziam onde eles estavam nem quantos eram. Mas, hoje sabemos que a sua área não andarão longe dos 450.000 a 520.000 hectares.



Capítulo 5

Da origem dos baldios até aos finais da Idade Média (3ª Aula)

Margarida - Ó setôr e qual a origem dos baldios? Houve sempre baldios?

Professor - Os baldios são uma realidade muito antiga, certamente anterior à própria constituição da nacionalidade portuguesa. De facto, não são uma realidade exclusivamente portuguesa: há baldios na Galiza e em outras regiões de Espanha (“montes veciñales en mán común”), na Itália, na França, na Grã-Bretanha (common lands), etc. Há quem remeta a sua origem para o comunitarismo agro-pastoril primitivo ou para a tradição comunitária céltica. Mas há também baldios que se formaram por doações régias no esforço de povoamento do país, após a reconquista, há baldios que são fruto da luta dos povos ao direito a ter terras de uso comum, há baldios que se formaram a partir de terrenos maninhos e até propriedade privada caída em prescrição. E, por outro lado, há também baldios que se perderam por usurpação dos poderosos senhores da terra ou de Leis e posturas que levaram à sua apropriação privada.

Pedro (que seguia atentamente a explicação do professor) - De facto, o nosso entrevistado falou de guerras antigas à volta dos baldios

Professor - Em boa verdade, podíamos falar de um conflito de interesses tão antigo como a existência dos próprios baldios. Dum lado, os poderosos que sempre os cobiçaram; do outro lado, os povos, que sempre os defenderam. Por exemplo, só na Idade Média, foram incontáveis as tentativas por parte dos fidalgos e senhores feudais para apropriação de grandes áreas de baldio.

Pedro (insistindo) - Mas, o rei D. Fernando defendeu o povo com a Lei das Sesmarias...

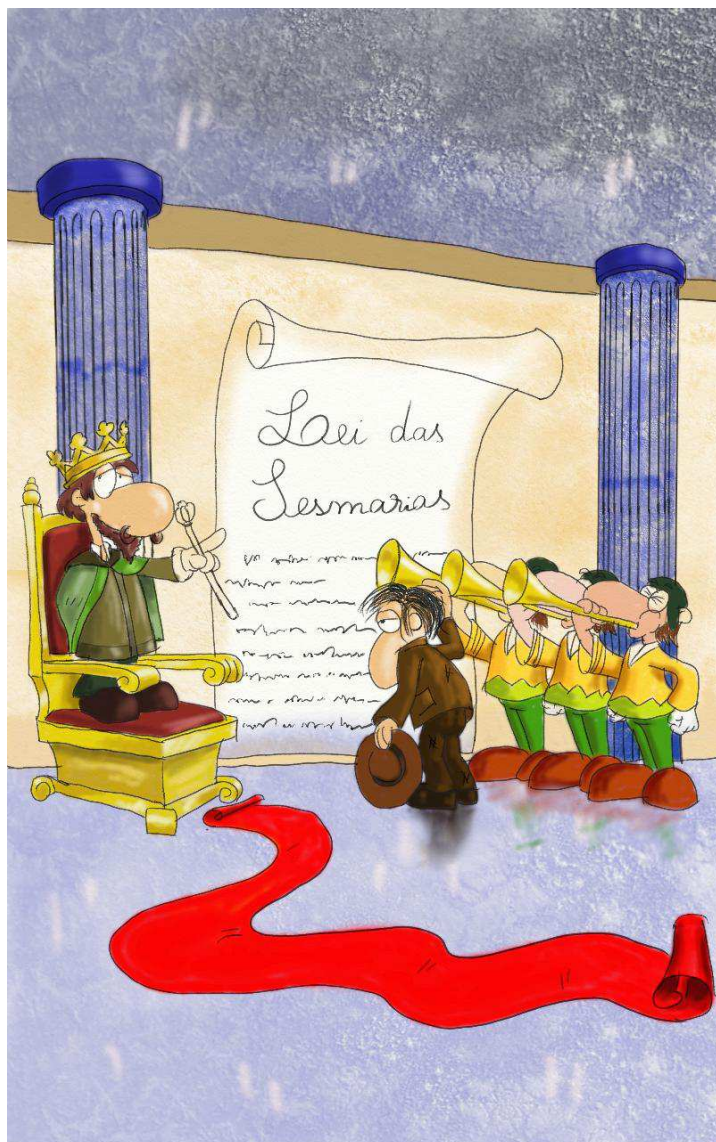
Professor - Ora, aí está um instrumento jurídico que, bem pelo contrário, levou à apropriação privada de muitos baldios.

Margarida (espantada) - Pensávamos que era o contrário.

Professor - Muito se engana quem cuida, diz o povo e com muita razão. Quem ganhou com a Lei das Sesmarias foi a burguesia rural, não foi o povo.

Pedro (ainda não convencido) - Então é a obrigatoriedade de trabalhar a terra ou ficar sem ela?...

Professor - Então é a “obrigatoriedade de trabalhar em terra alheia para quem não possua terra própria? Então é as terras baldias retiradas aos povos e entregues à burguesia rural com o argumento (sempre usado em diferentes épocas) de que não eram cultivadas, omitindo-se, intencionalmente, a natureza específica dos baldios? Depois, veio a revolução de 1383-85, o desenvolvimento do comércio marítimo, o desenvolvimento da concorrência



e, de novo, o ataque aos baldios, propriedade cada vez mais tida como empecilho ao desenvolvimento da nossa agricultura por não favorecer a concorrência, que só a propriedade particular estaria em condições de fomentar.

Pedro - E os povos, como reagiram?...

Professor - As Ordenações Manuelinas vêm-se obrigadas a determinar que “os terrenos destinados ao geral proveito dos moradores dos lugares, nos pastos, criações e logramento de lenhas e madeira para suas casas e lavoiras” sejam respeitadas.

Margarida - Então significa que o povo apresentou sempre muitas queixas contra estes

abusos nas Cortes!

Professor - Bem visto! Pelo menos, assim parece.

Capítulo 6

Dos Finais da Idade Média aos finais do Século XIX (4ª Aula)

Professor – Voltemos, então, à História dos Baldios

Pedro – Estávamos nos finais da Idade Média

Professor – Do século XVII ao século XIX, cumpriu-se e aprofundou-se a lógica económica nascida da revolução de 1383-85: Só a propriedade privada é considerada perfeita; a propriedade feudal e a propriedade comunitária, intencionalmente confundidas uma com a outra, são tidas por entraves ao desenvolvimento da nossa agricultura e do nosso comércio, cada vez mais sujeitos às leis da concorrência. Impunha-se, por isso, a sua abolição.

Margarida – Depois, veio o século XVIII, bem mais calmo para os povos dos baldios.

Professor – Estás enganada Margarida. As transformações sócio-económicas que se verificaram em Portugal no século XVIII, apesar do seu carácter positivo, foram sempre usadas contra os baldios.

Margarida – Mas, houve expansão agrícola, mercantil e industrial; houve crescimento demográfico; Expandiu-se a cultura do milho grosso e da batata; expandiu-se o comércio externo, nomeadamente com o Brasil.

Professor – Tudo aquilo que referiste é verdade. Mas o desenvolvimento do pensamento fisiocrático, entre nós, associado à ideia de que a agricultura é a verdadeira riqueza de um país, fez voltar as atenções para a agricultura e as crescentes pressões para que se cultivasse muito mais terra arável.

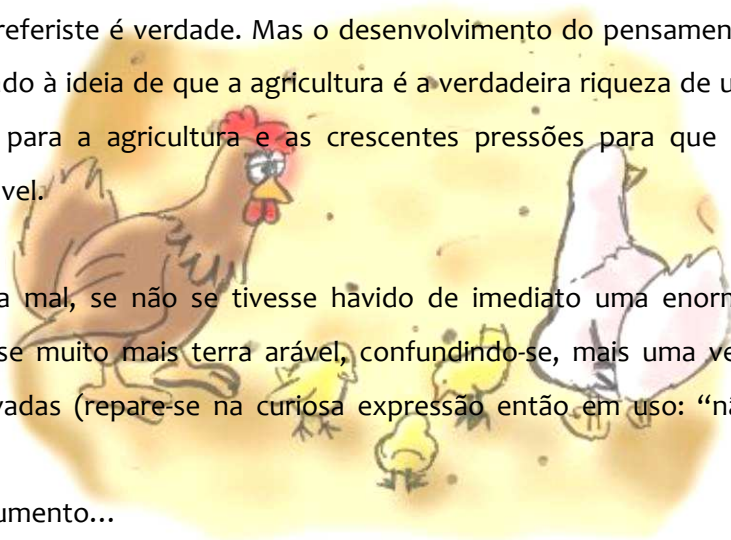
Pedro – E há mal nisso?

Professor – Não, não haveria mal, se não se tivesse havido de imediato uma enorme pressão para que se cultivasse muito mais terra arável, confundindo-se, mais uma vez, baldios com terras não cultivadas (repare-se na curiosa expressão então em uso: “não fabricados”).

Pedro – Sempre o mesmo argumento...

Professor - Daí à supressão dos chamados “pastos comuns” foi um passinho. O que conta agora é o individualismo, a proliferação da propriedade privada, a eliminação dos pousios, a agricultura intensiva, o aumento da área regada, o emparcelamento da terra, a apropriação da terra com a sua clara delimitação (crescem as sebes, vedações e tapumes), muitos baldios são divididos.

Margarida – E, do outro lado, são as queixas dos povos nos tribunais, a destruição das vedações...



Pedro – Sempre esta eterna luta.

Professor – E perderam-se milhares de hectares de baldios, mas não conseguiram acabar com essa “propriedade imperfeita”, como lhe chamavam.

Margarida – Vem, depois, o século XIX com todo o seu liberalismo.

Professor – O liberalismo não é um pensamento retrógrado, bem pelo contrário. Mas, no que concerne aos baldios, desenvolve e aprofunda a vertente fisiocrática: Há que dividir os baldios pelos vizinhos, para que estes os cultivem e, por outro lado, há que transferir a administração dos baldios para as Câmaras Municipais.

Pedro – E o povo como reagiu?

Professor – A Lei dos Forais de 1822 reconhece a razão dos povos e confirma a existência da propriedade comunitária. Foram as lutas e as queixas dos povos que forçaram esta consagração legal que surge em contramão ao pensamento liberal.

Margarida – E é assim que termina o século XIX para os baldios?

Professor – Infelizmente, não. Ainda falta referir: A criação das Juntas de Freguesia em 1878 com a sua integração plena na organização administrativa portuguesa; a confusão que se passou a estabelecer entre baldios paroquiais e municipais; a intencional confusão estabelecida entre os baldio e as velhas estruturas feudais que continuavam a ser tidas como entrave ao desenvolvimento da agricultura e do comércio e, portanto, tinham que ser abolidas; a concentração desenfreada da terra, muito à custa dos baldios apropriados; o fim forçado do regime do compáscuo, que era uma espécie de direito ao uso comum do pasto, ou seja à pastorícia comunitária; o incentivo à vedação de baldios.



Pedro – E os rebanhos? Que lhes aconteceu?...

Professor – Dizem os entendidos que, neste século XX, se verificou uma drástica diminuição do gado caprino e ovino, no nosso país e, em consequência, um assinalável crescimento do movimento emigratório da população. As nossas aldeias começaram a sangrar.



~**Pedro** – A sangrar?...

Professor – Sim, a sangrar, que é o mesmo que dizer: a perder muita gente... a perder vida.

Capítulo 7

Do início do século XX a 1974 (5ª Aula)

Professor – Tínhamos chegado ao século XX e continuamos a ter baldios. Pelo caminho, ficaram mais de um milhão de hectares, que o pensamento fisiocrático e liberal conseguiram transladar para o domínio da “propriedade perfeita”, a propriedade privada. Constituíram-se enormes propriedades, à custa da propriedade comunitária dos povos. No sul, por exemplo, o latifúndio esmagou e absorveu praticamente todos os baldios.

Margarida – Mas, em 1910, aí está a República para devolver os baldios usurpados.

Professor – As reivindicações no sentido da devolução dos baldios não se fizeram esperar. Autênticas amotinações, grandes movimentos de agricultores, mas, infelizmente, a República prossegue o caminho liberal contra os baldios e continua a produzir leis no sentido da sua divisão pelos compartes com o explícito propósito de estes os cultivarem. Por outro lado, foram dados poderes às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia para vender baldios a fim de “acorrer à necessidade de receita para melhoramentos locais (electrificações, construção de edifícios escolares e vias de comunicação, cemitérios, etc.)

Pedro – Mas continuou a haver lutas de resistência a este processo...

Professor – E foram tantas que a República, mesmo incentivando a divisão dos baldios em glebas por famílias que os quisessem cultivar, se viu obrigada a acautelar a permanência de vastas áreas de logradouro comum.

Margarida – Depois, veio esse período negro da nossa história: o fascismo.

Pedro – Nada de bom há-de ter acontecido aos baldios, neste período.

Professor – Tens razão. Nada de bom. Há um escritor português, Aquilino Ribeiro, que imortalizou, de forma sublime, na sua obra “Quando os Lobos Uivam”, as lutas desse período.





Margarida – Vou ler esse livro. Este assunto despertou-me um grande interesse.

Professor – O Fascismo actuou perante os baldios de uma forma mais brutal. Impôs, repressivamente, a reserva para florestação pelo Estado de cerca de 300.000 ha de baldio, fazendo tábua rasa da vontade das populações ou dos seus hábitos de vida, tradições, necessidades económicas e traços culturais. Foi um golpe fatal na actividade pastorícia e um empurrão de centenas de milhares de pessoas para os caminhos da emigração.

Pedro – Mas, a floresta não é uma grande riqueza dos baldios?

Professor – Sem dúvida, Pedro. Mas não pode ser imposta repressivamente como foi. As populações sabem melhor do que ninguém o que lhes interessa para os baldios. Houve muita resistência e houve mortes nesta luta.

Pedro – mortes?...

Professor – Sim, mortes e muito sofrimento!

Pedro – Ah! Então era a isso que se referia Manuel Cantador. Deve ter havido em Alhões grandes actos de resistência.

Margarida – Temos que lá voltar e entrevistar dois ou três dos mais velhinhos.

Pedro – Combinado, Margarida. É já no próximo domingo.

Professor – Pela minha parte, acho muito bem o prosseguimento da investigação. Há muito para desvendar. Depois, continuaremos com a História dos Baldios na revolução democrática do 25 de Abril.



Capítulo 8

Retorno a Alhões

O retorno a Alhões foi programado ao milímetro. Conhecida que era a natureza e génese histórica dos baldios, importava agora uma observação de qualidade sobre um traço desta história que despertara um interesse especial: havia um mistério para desvendar. Afinal, ali houvera luta em defesa dos baldios contra a florestação e até correria sangue. Onde? de quem? porquê?

Era tanto o interesse e a curiosidade que o grupo se alargara. Com o consentimento do professor e dos colegas o João Lopes e a Tânia Abreu passaram a integrá-lo.

Antes da partida, houve o cuidado de pesquisar o período histórico de 1926 a 1974, em particular o período de florestação dos baldios pelo Estado Fascista. Ninguém se esqueceu da importância da leitura de “Quando os Lobos Uivam” ou de pesquisar as leis que estiveram na origem deste processo, em particular, o Decreto-Lei número 27207 de 11 de Novembro de 1936. O professor sugerira também a consulta da obra “Reconhecimento dos Baldios do Continente” de que existia um exemplar no Arquivo Municipal.

Aprontados de novo todos os instrumentos de registo, lá partiu a equipa num domingo, ainda o sol não despontara. A casa de Manuel Cantador e Maria Portela era agora uma importante referência no universo da aldeia. Foi para lá que se dirigiram, ansiosos por encontrar a desejada resposta para aquele verdadeiro enigma.

Desta vez, foi Manuel Cantador quem os recebeu. Superada a surpresa inicial, por ali rever estes jovens, Manuel Cantador quis saber o motivo da visita.

Pedro – Sabe... é que a nossa investigação ainda não acabou. O senhor, naquele dia que cá estivemos, falou-nos de umas lutas do passado em defesa dos baldios onde correu sangue... que aconteceu, de facto, senhor Manuel?

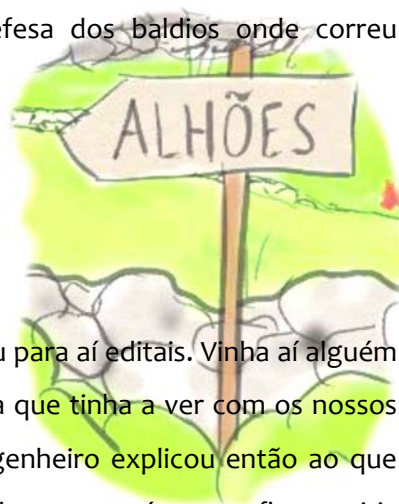
Manuel – Ai vocês querem mesmo saber?...

Margarida – Se não fosse para si um grande incómodo...

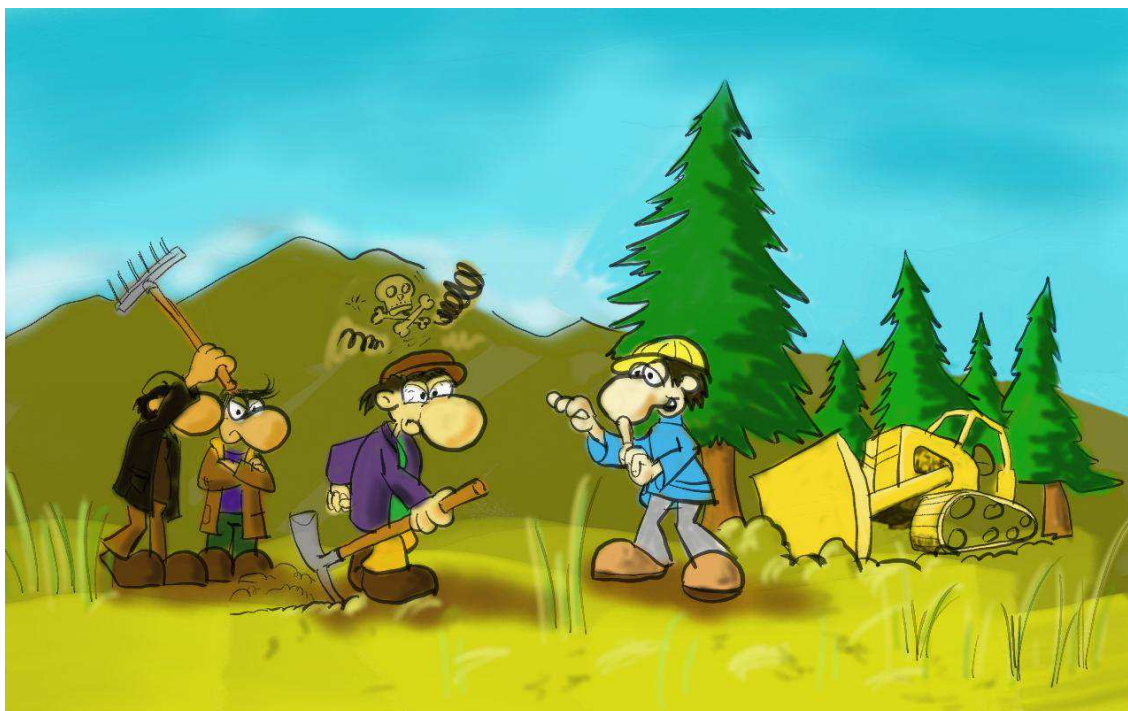
Manuel – Estejam à vontade. Eu conto tudo.

Pedro – Vamos então directos ao assunto.

Manuel – Corria o ano de 1960. A senhora Câmara espalhou para aí editais. Vinha aí alguém do Governo e queria falar com o povo de Alhões. Era coisa que tinha a ver com os nossos baldios. Por isso, o povo encheu a sala da Câmara. O engenheiro explicou então ao que vinham: que queriam florestar a nossa serra, que isso ia ser bom para nós, que a floresta iria ser uma grande riqueza. Nós respondemos que deixassem a serra assim, que era assim que a queríamos, por via dos nossos gados. Não adiantou nada. Eles teimaram e nós também



teimámos. Quando as máquinas chegaram, o povo levantou-se, o povo e o rebanho prantámo-nos no meio do monte sem arredar pé, dias a fio.



Primeiro, ameaçaram-nos que avançavam com as máquinas por cima de nós e dos animais, depois chamaram a GNR. Houve desacatos. Os nervos estavam à flor da pele. Palavra puxa palavra, ânimos mais exaltados, alguém disparou e o meu sogro tombou ali mesmo à nossa frente com um tiro no peito. Ainda foi para o hospital mas já lá chegou sem vida. No funeral, juntou-se gente de toda a serra e a seguir ao funeral voltámos, agora muitos mais, para os nossos montes. O povo estava indignado. Se eles voltavam, era o cabo dos trabalhos, mas não voltaram. A maior parte dos nossos montes ficaram por florestar.

Tânia – Ficaram a perder ou a ganhar? A floresta, hoje, é uma grande riqueza...

Manuel – Pois será, mas se nós não tivéssemos resistido, ficávamos sem o nosso gado. De que iríamos nós viver?

Pedro – Aqui, salvaram o rebanho, mas o Estado levou a sua adiante em muitos sítios...

Manuel – Houve resistência em muitos sítios. Os povos lutaram até onde puderam.

Margarida – Mas, mesmo à força, a floresta avançou...

Manuel – No entanto a luta do povo acabou por vencer.

Pedro – Como assim?

Manuel – No 25 de Abril, tiveram que nos devolver tudo o que nos tiraram. Os baldios voltaram para as nossas mãos.

Margarida – De que forma?

Manuel – Fizemos publicar umas novas Leis que nos devolveram os baldios. Constituímos uma Assembleia de Compartes e elegemos um Conselho Directivo e passámos a administrar o nosso baldio. Todos os anos reunimos para decidir onde aplicar as receitas e já temos feito aí grandes obras para melhoria do nosso baldio. Melhorámos as pastagens, fizemos obras para proteger os montes dessa praga dos incêndios, melhorámos os caminhos e até construímos uma casa para os compartes.

Pedro – Podemos visitar essa casa?

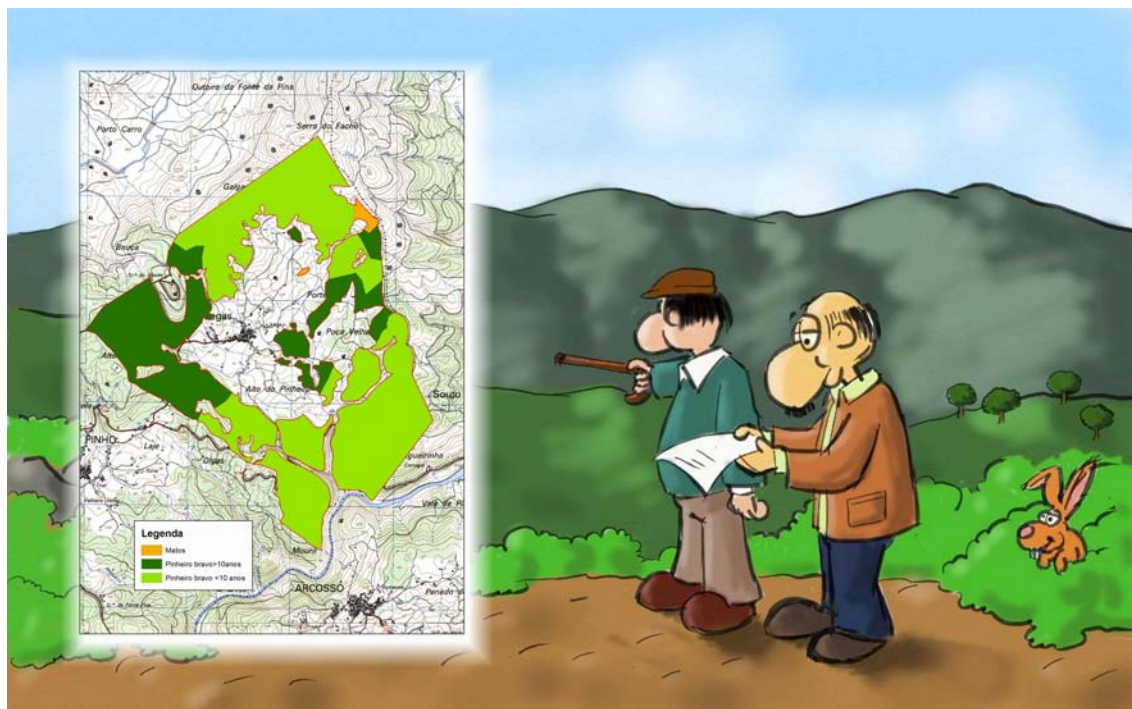
Manuel – Se quiserem até podem assistir, logo, a uma reunião da Assembleia de Compartes. Vem cá um membro do Secretariado Distrital de Baldios explicar-nos essa coisa a que chamam PUB. Podeis até falar com eles...

E assim foi. A sugestão foi prontamente acolhida. À hora aprazada lá chegou um membro do Secretariado Distrital de Baldios.



A reunião iniciou-se com grande participação dos compartes. Todos queriam saber o que era essa coisa dos PUB, que constava da ordem de trabalhos. A mesa deu a palavra ao representante do Secretariado que explicou que os PUB (Planos de Utilização dos Baldios) eram instrumentos muito importantes para o futuro dos baldios; permitiam caracterizar os baldios, conhecer melhor a sua história, saber a sua área e localização e até conhecer os

seus aproveitamentos presentes e recursos e potencialidades para um melhor aproveitamento futuro.



Os membros do Conselho Directivo informaram que tinham já em mãos pedidos e propostas para instalação de torres de energia eólica no baldio e uma outra para exploração de caça no baldio. Por isso mesmo, todos estiveram de acordo que era importante terem esse Plano de Utilização e só depois se iriam pronunciar sobre essas propostas. O dinheiro fazia muita falta para novas obras, mas o rebanho tinha que ser preservado. E, além do mais, a palavra mais importante tinha que ser sempre do povo. Os compartes é que iriam continuar a decidir o futuro do baldio.

Terminada a reunião, os quatro jovens ainda quiseram falar com Joaquim Casimiro, o representante do Secretariado.

Pedro – Pelo que observámos, os baldios continuam a ser muito importantes para esta gente.

Joaquim – Os baldios continuam a ser chão comunitário, raiz de um certo modo de viver colectivo, realidade sócio-económica e cultural muito importante para esta gente.

Margarida – Mas a vida mudou muito nestes tempos. Estamos no século XXI. A agricultura está mal, as aldeias estão a desertificar. Possivelmente, hoje, as pessoas já não se batem como em outros tempos em defesa dos baldios.

Joaquim – Está enganada, menina. É verdade que a agricultura vai mal; é verdade que as aldeias vão desertificando, mas isso não acontece por vontade das populações. Elas têm resistido heroicamente a este processo. Até houve uma altura, em que muitos emigrantes

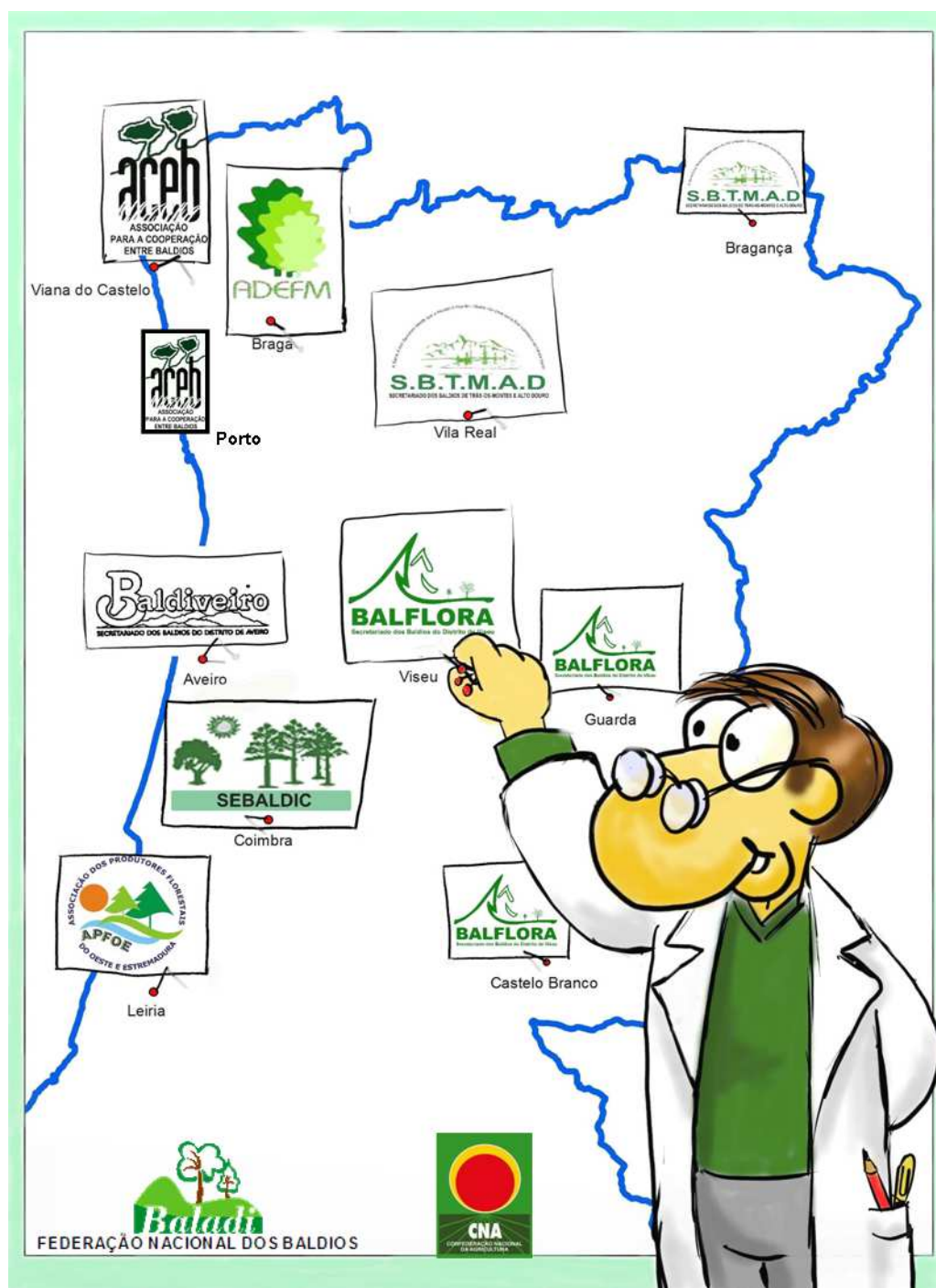
regressaram e investiram as suas economias nesta agricultura. Depois, faltaram os incentivos e os apoios de quem manda no País. Era só dificuldades atrás de dificuldades e eles voltaram a partir. Mas, olhe que as populações lutaram muito na defesa dos baldios. Se não tivesse sido a luta das populações e dos compartes, hoje, se calhar, já não teríamos um palmo de baldio, nem teríamos Assembleias de Compartes, ou seja, o povo já não mandaria nada naquilo que é seu por direito histórico.

Pedro – Quê? Os baldios continuam a ser cobiçados?

Joaquim – Nem fazem ideia dos interesses que os espreitam: grandes celulosos, muitos municípios, alguns especuladores imobiliários, os mesmos grandes interesses de sempre

Tânia – Mas, tem mesmo havido lutas para os defender?...





Joaquim – Oh se tem!... Nem imaginam o número de concentrações, manifestações, abaixo-assinados, petições que esta gente tem feito... Em 33 anos de democracia, nunca na nossa história, descontando o período da reconquista, houve um período tão longo em que praticamente não se deixou perder um hectare de baldio.

Pedro – Graças às Assembleias de Compartes?...

Joaquim – Sem elas, não sei se hoje ainda teríamos baldios... As pressões são muito grandes... Os lobbies continuam a uivar. Até já quiseram acabar com elas...

Margarida – Mas o povo não deixou?...

Joaquim – Os povos dos baldios organizaram-se melhor. Aproveitaram as transformações do 25 de Abril para reforçar o seu movimento associativo. Ajudaram a criar uma Confederação Nacional da Agricultura, a CNA, criaram Secretariados e associações distritais e regionais de baldios, o Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Balflores-Secretariado dos Baldios do Distrito de Viseu, a ACEB – Associação para a Cooperação Entre Baldios, a Associação de Produtores Florestais do Minho, a Baldiveiro - Secretariado dos Baldios do Distrito de Aveiro, a Sebaldis - Secretariado dos Baldios do Distrito de Coimbra, têm hoje uma Federação Nacional de Baldios, a BALADI. Perceberam que o que se passou nas décadas de 50 e 60 não poderá voltar a repetir-se. E, hoje, aí de quem lhes quiser tirar os baldios!...

Pedro – Voltam à luta?..

Joaquim – Os sinos voltariam a tocar a rebate, podem crer...

Margarida – A chamar o povo?...

Joaquim – Como sempre aconteceu, quando um perigo ameaça uma aldeia...

Margarida – Então, é melhor não se atreverem!

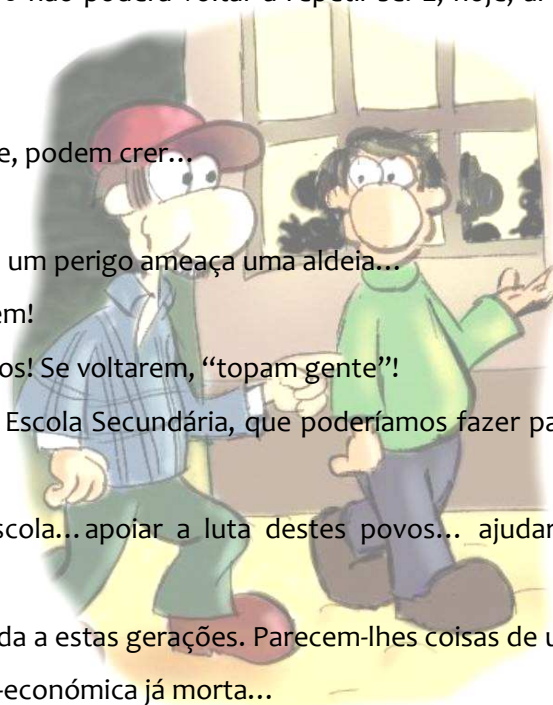
Joaquim – Juro-vos pela saúde dos meus filhos! Se voltarem, “topam gente”!

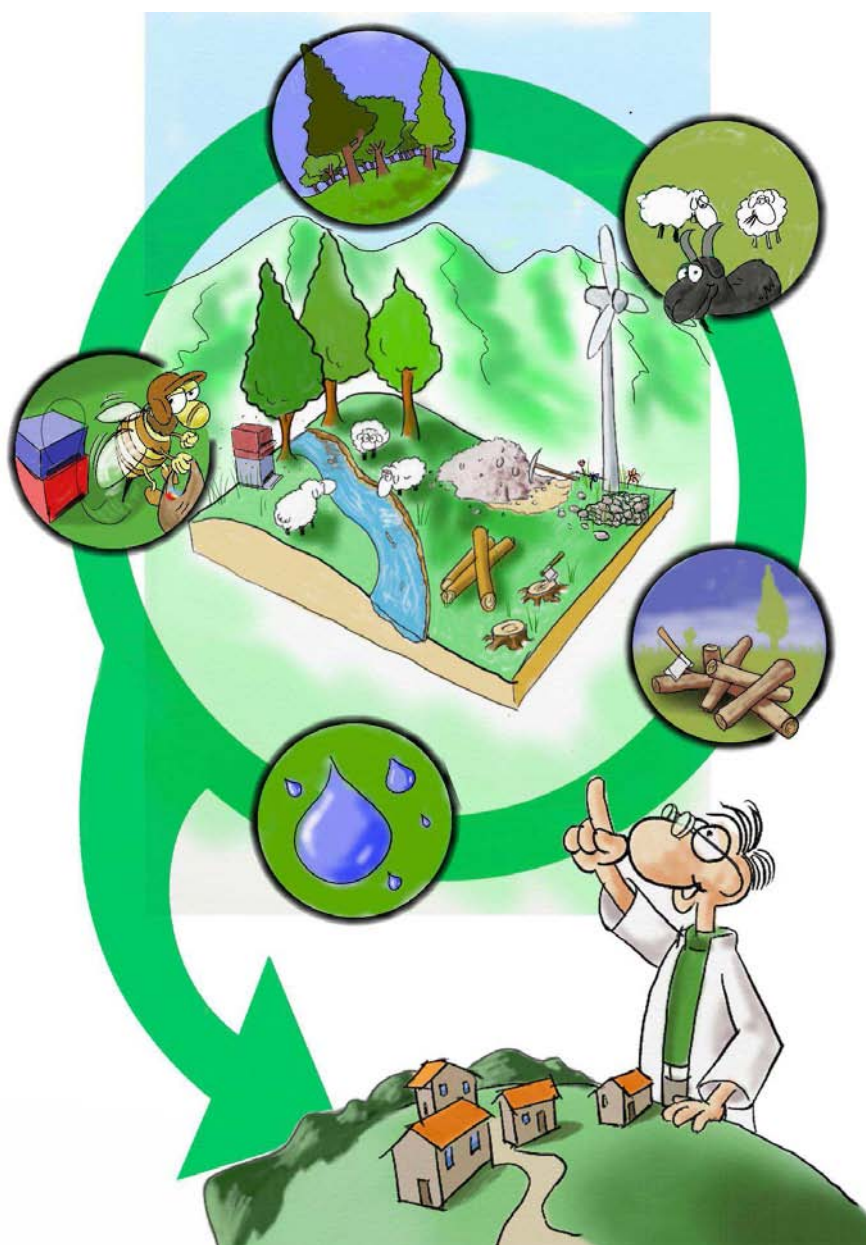
Pedro – E nós jovens que estudamos numa Escola Secundária, que poderíamos fazer para ajudar a defender os baldios?..

Joaquim – Tanta coisa... divulgá-los na escola... apoiar a luta destes povos... ajudar a constituir novas Assembleias de Compartes.

Pedro – Mas, os baldios não dizem quase nada a estas gerações. Parecem-lhes coisas de um passado longínquo e de uma realidade sócio-económica já morta...

Joaquim – Puro engano. Se assim fosse eles não seriam ainda hoje tão cobiçados. Reparem na importância que têm ou podem vir a ter os baldios na economia: Grandes manchas de floresta que os cobrem são óptimos fixadores de carbono, hoje, que se fala tanto desse flagelo da poluição e do chamado “aquecimento global”, contribuindo muito para a defesa do ambiente. Por outro lado, há as chamadas energias renováveis, tidas por energias limpas, as energias eólicas, por exemplo. Mas, também a floresta de uso múltiplo, o turismo de montanha, o aproveitamento de vastas áreas de montanha para o lazer e o recreio, a apicultura, a cinegética, a piscicultura, a pastorícia, uma agricultura em novos moldes, as culturas de cogumelos, as plantas medicinais e ornamentais, as massas e águas minero-medicinais, a defesa da biodiversidade.





Margarida – Mas há uma condição, não é assim?...

Joaquim – Exactamente! Os povos são os donos dos baldios. Têm que ser eles a administrá-los.

Pedro – Mas as aldeias estão a desertificar. Por este andar, não fica cá ninguém...

Joaquim – sabe, Pedro, como diz o povo: *não há mal que sempre dure nem bem que não acabe...* Defender os baldios é também uma forma de inverter esse ciclo, de resistir à desertificação. Uma serra sem serranos, não é serra, é selva, como bem reconhecia Aquilino Ribeiro, com todas as consequências que daí advêm como esse flagelo dos incêndios.

Pedro – Estou convencido. Os baldios são mesmo uma coisa muito valiosa e interessante.

Joaquim – Os baldios são pedaços da vida destas gentes. Mas são também trampolins para o futuro. Para todas as gerações, incluindo a vossa. Ajudem, por isso, a defendê-los e a desenvolvê-los

Margarida – Contem connosco!

E lá partiram os quatro em direcção à Escola. A aula de história voltou a animar-se na discussão do trabalho sobre Alhões. O professor explicou que depois do 25 de Abril, os Baldios foram devolvidos à posse, fruição e administração dos povos que se puderam organizar em Assembleias de Compartes e eleger os seus Conselhos Directivos. Ao abrigo dos Decretos-Lei n.ºs 39 e 40 de 19 de Janeiro de 1976, alterados em 1993 pela Lei 68/93, constituíram-se em todo o país centenas e centenas de Assembleias de Compartes que têm vindo a erguer nas comunidades rurais uma obra de inegável progresso económico, social e cultural.

Logo a seguir, estes quatro jovens fizeram publicar interessantes artigos sobre os baldios no jornal da Escola e num semanário regional. O Pedro procurou saber porque não havia ainda Assembleia de Compartes na sua terra e com a ajuda do Secretariado Distrital de Baldios, acabou por motivar um grupo de pessoas a constituí-la.



FIM

Nos espaços florestais rurais

NÃO É PERMITIDO

ESTAS ACCÇÕES SÓ SÃO PERMITIDAS FORA DO PERÍODO CRÍTICO
COM RISCO DE INCENDIÊNCIA MENOR QUE MUITO ELEVADO

FUMAR

FAZER LUME
DE QUALQUER TIPO



LANÇAR FOGUETES
OU BALÕES DE MECHA ACESA
Proibição extensiva a todo o território nacional

Se avistar um incêndio não hesite, ligue **112** - chamada gratuita

<p>UNAF UNIDADE NACIONAL DE FLORESTAS TEL: 213 011 000 - FAX: 213 011 000 - www.unaf.pt</p> <p>DAI 678 FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BALDIOS TEL: 213 011 000 - FAX: 213 011 000 - www.dai678.pt</p> <p>ACBB ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE BALDIOS TEL: 213 011 000 - FAX: 213 011 000 - www.acbb.pt</p> <p>RENFE ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA FLORESTA DO NEMO TEL: 213 011 000 - FAX: 213 011 000 - www.renfe.pt</p>	<p>APFDE ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO OESTE E ESTREMADURA TEL: 213 011 000 - FAX: 213 011 000 - www.apfde.pt</p> <p>BALNEIRO SECRETARIADO DOS BALDIOS DO DISTRITO DE AVEIRO TEL: 234 420 000 - FAX: 234 420 000 - www.balneiro.pt</p> <p>BALFLORA SECRETARIADO DOS BALDIOS DO DISTRITO DE VISEU TEL: 233 14 412 - FAX: 233 14 412 - www.balflora.pt</p>	<p>SEBALDC SECRETARIADO DOS BALDIOS DO DISTRITO DE COIMBRA TEL: 239 000 000 - FAX: 239 000 000 - www.sebaldc.pt</p> <p>SEBALMO SECRETARIADO DOS BALDIOS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO ALENQUER TEL: 255 350 000 - FAX: 255 350 000 - www.sebalmo.pt</p>
---	--	--

Árvore a árvore,
Portugal sem fogos

asseguemos o nosso futuro
depende de todos

QUEIMADAS PARA RENOVAÇÃO DE PASTAGENS

- **Não são permitidas** queimadas durante o período crítico;
- No resto do ano, **antes de efectuar queimadas**, contacte a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia.



DGRF, 2007

QUEIMA DE SOBRANTES AGRÍCOLAS

- **Não é permitida** a queima de sobranços agrícolas ou florestais, durante o período crítico;
- **Evite** trabalhos de desmatização motomanuais que possam causar incêndios.



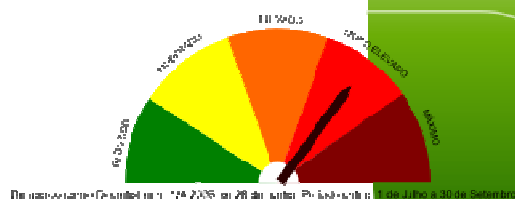
DGRF, 2007

Multas até 60.000 €

CIRCULAÇÃO EM ÁREAS FLORESTAIS

Não é permitido fazer piqueniques em áreas não sinalizadas para o efeito.

Não é permitido circular nem permanecer em áreas florestais com a respectiva sinalização de acesso condicionado:



Para consultar o risco de incêndio contacte a Câmara Municipal ou os Serviços Florestais

RISCO DE INCÊNDIO		
ACESSO CONDICIONADO		
A PESSOAS E VEÍCULOS		
DL 141/2006, de 28 de Junho		
Risco de incêndio	Período	Condições de acesso
Muito elevado	Todo o ano	Proibido o acesso, a circulação e a permanência. Identificação (Luz e sinalização) perante as autoridades competentes.
Elevado	Período crítico	Proibido circular com veículos motorizados. Proibido o atropelamento de animais por veículos motorizados. Proibida toda a actividade relacionada com as actividades agrícolas e florestais. Identificação perante as autoridades competentes.
	Para o período crítico	Identificação perante as autoridades competentes.

PROTECÇÃO DE HABITAÇÕES E EDIFICAÇÕES

Evitar acumulações de material combustível junto às edificações (lenhas, botijas de gás, sobranços agrícolas, etc.)

É obrigatória a limpeza de uma faixa não inferior a 50 metros à volta de habitações, estaleiros, arruamentos, oficinas, fábricas e outras edificações.

É obrigatória a limpeza de uma faixa não inferior a 100 metros à volta de aglomerados populacionais, parques e terrenos industriais e aterros sanitários, previamente definidos pelas Câmaras Municipais.



O NÃO CUMPRIMENTO DESTAS REGRAS É PUNIDO POR LEI
Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho



Árvore a árvore, asseguremos o nosso futuro

Portugal sem fogos depende de todos